

Universidade de Brasília
Departamento de Economia
Disciplina: Economia do Trabalho (Pós)
Professor: Carlos Alberto
Período: 2/06
Primeira Prova

Questões

1. No modelo de oferta de trabalho corriqueiro, a arbitragem entre lazer e consumo se dá em um contexto no qual existe uma flexibilidade total para a escolha das horas trabalhadas (ou, em geral, uma flexibilidade total de escolha do tempo dedicado ao trabalho mercantil). Suponhamos que essa flexibilidade total não exista (como em realidade não existe) e as escolhas sejam mais restritas (por exemplo, o indivíduo pode trabalhar 8 horas, ou 4 horas, etc.). Que conseqüências (situações) pode acarretar a introdução dessa hipótese sobre os resultados ?

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: Podemos encontrar situações de inatividade involuntária, desemprego involuntário ou durações de jornada involuntária (empregados a tempo parcial que gostariam de trabalhar a tempo integral ou assalariados a tempo integral que desejariam estar ocupados a tempo parcial).

2. Vamos continuar no modelo de oferta de trabalho corriqueiro. A partir de meados dos anos 60, em quase todos os países, a taxa de atividade das mulheres aumenta sensivelmente. Imagine que a unidade de decisão que determina a oferta de trabalho seja a família e não os indivíduos isoladamente e não considere aspectos tais como mudanças na cultura, emancipação da mulher, educação da mulher, etc. Que variáveis poderiam ser introduzidas nesse modelo básico para explicar o aumento na taxa de participação da mulher ?

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: Poderíamos introduzir no modelo mas alternativas que consumo (trabalho) lazer. Por exemplo, atividades domésticas. O consumo de massa de eletrodomésticos (lava roupa, lava louça, aspiradores, etc.) elevou a produtividade nas atividades domésticas e possibilitou abrir espaço para maior oferta de trabalho daqueles indivíduos (majoritariamente mulheres) que realizavam essas tarefas. Em certos países, a maior oferta de vagas no sistema pré-escolar operou no mesmo sentido. Ou seja, o modelo de base não contempla atividades como cuidar dos filhos (que não é consumo e para alguns pode ser assumido como lazer).

3. Indique qual das seguintes afirmações é incorreta:

- a) A taxa de atividade global corresponde à proporção de indivíduos que observam um salário de reserva superior ao salário corrente;
- b) No modelo de oferta básico, cada indivíduo arbitra entre trabalho e lazer;
- c) Considerando as atividades domésticas, o salário corrente vai igualar, no equilíbrio, a produtividade marginal do trabalho doméstico;
- d) Assumindo uma hipótese mais realista de certa rigidez nas jornadas de trabalho (ausência de flexibilidade absoluta), a elasticidade da oferta de trabalho agregada é superior à elasticidade da oferta de trabalho individual.

(Esta questão vale um ponto no caso de ser bem respondida, não conta no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de escolha errada)

Resposta: a alternativa errada é a b), uma vez que a escolha é entre consumo e lazer e não trabalho e lazer (o trabalho não proporciona utilidade).

4. A Teoria do Capital Humano nos diz que a educação e experiência acumuladas, a saúde, etc. de um indivíduo determinam sua produtividade. A pergunta é: porque esse incontrolável fluxo migratório dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos se a educação e experiência, saúde, dos indivíduos não muda com a migração? Colocada a questão em outros termos: porque um africano migra para Europa onde pode ganhar até 100 vezes o salário que percebia em seu país de origem com o mesmo Capital Humano? Mencione duas variáveis que podem estar na origem desse diferencial não obstante o mesmo CH?

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: o capital por trabalhador e a influência dos outros assalariados (ou seja, a produtividade de um indivíduo não estaria dada só por seu nível de educação senão pelo nível médio de educação do conjunto. Existiria uma interação ou a educação teria uma externalidade sobre os outros indivíduos). A literatura é, nesse sentido, ampla. Ver, por exemplo, o clássico artigo de Lucas de 1988: " On the Mechanics of Economic Development " **Journal of Monetary Economics.**

5. Você considera a distribuição de renda do Brasil justa? Explícite (e fundamente) o princípio de justiça que o levou a escolher a resposta que escolheu (seja ele positiva ou negativa) e apresente os possíveis indicadores que podem ser utilizados para avaliar o grau de justiça do país.

(Esta questão vale um ponto)

6. Escolha qual das seguintes afirmações é correta (só uma é correta).

Para os neoclássicos, a maximização de lucros requer:

- a) que a massa de salários pagos seja inferior à receita total obtida;
- b) que o salário médio corresponda à produtividade média da firma;
- c) que o salário monetário da última unidade de trabalho seja igual ao valor da produção que dela se obtém;
- d) que as produtividades marginais de todos os fatores sejam iguais.

(Esta questão vale um ponto no caso de ser bem respondida, não conta no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de escolha errada)

Resposta: a resposta correta é a c).

7. Imagine que uma economia apresenta a seguinte função de produção: $Q = 4 L K$. O capital K desse país é de 3 ($K = 3$) e o nível de preços de 1. A demanda de trabalho vem dada pela seguinte expressão: $D_l = 60 - 2 (w/p)$. A oferta de trabalho está dada por: $D_s = 3 (w/p)$. A partir de uma situação inicial de equilíbrio, suponha que os sindicatos conseguem fixar um salário nominal e real de R\$ 15, rígido à baixa. Esse salário eleva os custos e o país perde mercados no exterior, sendo suas vendas máximas de 240. Nesse contexto, calcule os desempregos clássico e keynesiano gerados por essa situação.

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: a situação inicial de equilíbrio era de: $w/p = 12$ e $L = 36$, sendo o produto de 432. Como o salário aumenta para 15, a oferta de trabalho agora é de 45, mas a demanda de 30. Temos um desemprego de 15 (desemprego clássico). Contudo, com 30 pessoas a produção é de 360, mas só temos demanda para 240. Para produzir 240 só precisamos de 20 trabalhadores e o desemprego keynesiano é de 10. Desemprego total (45) = desemprego clássico (30) + desemprego keynesiano (15).

8. Leia atentamente a seguinte afirmação: “Existem igualdades justas e injustas. Nem toda desigualdade é injusta ou, desde outra perspectiva, desigualdade não é sinônimo de injustiça. O esforço deveria ser premiado ou recompensado e toda desigualdade que é oriunda de diferentes esforços seria uma desigualdade justa” (a autoria desta frase é minha com o intuito de apresentar a questão)

Desenvolva (fundamente) argumentos que desqualifiquem essa afirmação.

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: A motivação, a iniciativa de aprender, a capacidade de tomar decisões, a formulação de planos coerentes de vida profissional, etc. podem ser qualidades ou virtudes que estão correlacionadas com o ambiente social e familiar dos

indivíduos. Se o esforço está correlacionado com a herança social e econômica dos indivíduos, premiar o esforço seria tão injusto como aceitar desigualdades de renda cuja origem seja a herança de títulos de propriedade ou títulos de nobreza.

9. Geralmente se tem uma polêmica, sendo os clássicos acusados de ser insensíveis socialmente porque sustentam que, diante de choques negativos, quedas dos salários reais seriam preferíveis a desemprego. Para você, que é melhor, que com uma PEA de 10 assalariados 9 estejam ocupados e ganhem R\$ 10 cada um ou que os 10 indivíduos estejam ocupados e ganhem R\$ 9 cada um. Justifique (fundamente) sua resposta, imagine um princípio justiça que a justifique e, segundo sua resposta, você se classificaria de clássico ?

(Esta questão vale um ponto)

10. Comente a seguinte afirmação: “ Como, a priori, não sabemos o impacto sobre um aumento do salário real sobre a oferta de trabalho, uma vez que depende da magnitude dos efeitos renda e substituição, para que tanta polêmica sobre a necessidade de aumentar os salários reais”

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: com efeito, não podemos saber a priori o impacto de uma elevação do salário real sobre a oferta de trabalho, mas sempre, em qualquer circunstância (seja predominante o efeito renda ou o efeito substituição) o bem-estar do trabalhador aumenta diante de elevações no poder de compra de seu rendimento.